

ELEIÇÕES APROPUC

RESISTIR E AVANÇAR COM AUTONOMIA

É A ÚNICA CHAPA INSCRITA

Terminado o período de inscrição de concorrentes à eleição da APROPUC, a Comissão Eleitoral registrou apenas a inscrição da Chapa 1 - *Resistir e avançar com autonomia*, que tem como presidente a professora Victoria Claire Weischtordt, do Departamento de Letras-Inglês da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Arte (Faficla), tendo como vice-presidente Maria Beatriz Abramides, do Pós em Serviço Social (veja composição da chapa ao lado).

A chapa *Resistir e avançar com autonomia* tem como principais pontos programáticos defender o funcionamento democrático da entidade e o respeito à soberania das assembleias dos professores; defender os salários, os contratos por tempo de trabalho e a melhoria das condições do ensino, salário igual para trabalho igual; defender a

inserção da APROPUC no movimento social dos professores e nas lutas gerais dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Veja nas páginas 4 e 5 o programa completo da chapa *Resistir e avançar com autonomia*.

A eleição acontece entre os dias 12 a 14/6, estando aptos a votar todos os professores filiados à APROPUC até o dia 16/4/2012. Veja no box ao lado as datas e locais onde será realizada a eleição

**DEBATE PARA
APRESENTAÇÃO
DA CHAPA
6/6
QUARTA-FEIRA - 17H30
SEDE DA APROPUC
RUA BARTIRA, 407**

Chapa Resistir e avançar com autonomia

Presidente: Victoria Claire Weischtordt (Letras-Inglês)
Vice-Presidente: Maria Beatriz Costa Abramides (Pós-Serviço Social)
1º Secretária: Priscilla Cornalbas (Educação)
2º Secretário: Leonardo Massud (Direito)
1º Tesoureiro: João Batista Teixeira da Silva (Letras-Inglês)
2º Tesoureiro: Wagner Wuol (Física)

Suplentes

1º - Carla Andréa Tieppo (Psicologia)
2º - Sandra Gagliardi Sanchez (Psicologia)
3º - Áquilas Nogueira Mendes (Economia)

Comissão de Cultura

1º - Maria Lúcia Barroco (Pós-Serviço Social)
2º - Antonio Rago Filho (História)

Comissão de Trabalho e Ensino

1º - Matilde Maria Almeida Melo (Sociologia)
2º - Carla Andréa Tieppo (Psicologia)
3º - Áquilas Nogueira Mendes (Economia)
4º - Sandra Gagliardi Sanchez (Psicologia)

LOCAIS E HORÁRIOS DE VOTAÇÃO

URNA 01 - SEDE DA APROPUC - Rua Bartira, 407
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 20:00 horas

CAMPUS MONTE ALEGRE
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 20:00 horas

URNA 02 - PRÉDIO VELHO (na Recepção em frente a D.C.I.)
Fac. de Ciências Sociais, Educação, Ciências Humanas e da Saúde, Departamento de Ciência da Religião

URNA 03 - PRÉDIO NOVO (no Saguão térreo lado da xérox da PUC)
Faculdade de Direito, Economia e Administração

URNA 04 - PRÉDIO CORREDOR DA CARDOSO - (na recepção da FAFICLA)
Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes

URNA 05 - CAMPUS MARQUÊS DE PARANAGUÁ - (na Secretaria da Graduação)
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 20:00 horas
Ciência Computação, Eng. Elétrica, Física, Matemática, Tecnologia e M. Digitais

URNA 06 - CAMPUS DERDIC (na Secretaria)
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 17:00 horas
Fonoaudiologia e Clínica

URNA 07 - CAMPUS SOROCABA (na Secretaria)
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 20:00 horas
Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde

URNA 08 - CAMPUS IPIRANGA (na Secretaria)
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 20:00 horas

URNA 09 - CAMPUS SANTANA
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 20:00 horas

URNA 10 - CAMPUS BARUERI
Dias 12, 13 e 14 de junho - das 8:00 horas às 20:00 horas

LEIA AINDA NESTA EDIÇÃO

**ALUNOS DE EXTENSÃO
FICAM FORA DA ELEIÇÃO
PARA A REITORIA**

PÁGINA 3

EDITORIAL

Nosso apoio à greve das Universidades Federais

Cinquenta universidades estão paralisadas em todo o país. Há, portanto, uma greve geral. No dia 17/5, os professores decidiram defender suas condições de trabalho exigindo do governo federal o atendimento das reivindicações. Em nota "À Sociedade Brasileira", o Andes denuncia a precarização do ensino superior público e considera como uma das principais causas a deterioração salarial e a impossibilidade do desenvolvimento da carreira docente.

Diz a declaração: "Há anos os(as) professores(as) vêm lutando pela reestruturação do Plano de Carreira da categoria, por acreditarem que essa reivindicação valoriza a atividade docente e, dessa forma, motiva a entrada e permanência dos profissionais nas instituições federais de ensino. No ano passado, o Andes/SN assinou um acordo emergencial com o governo, que previa, como um dos principais pontos, a reestruturação da carreira até 31/3/2012. Já estamos na segunda quinzena de maio e nada aconteceu em relação a essa reestruturação". Concretamente, em síntese, o Andes/SN "propõe uma carreira com 13 níveis, variação remuneratória de 5% entre níveis a partir do piso para o regime de trabalho de 20 horas, correspondente ao salário mínimo do Dieese (atualmente calculado em R\$ 2.329,35)". A proposta do Andes considera que "a valorização dos diferentes regimes de trabalho e da titulação devem ser parte integrante de salários e não dispersos em forma de gratificações".

A situação calamitosa das federais não se limita ao problema salarial dos docentes. Os estudantes têm realizado movimentos em defesa de condições elementares como a de redução do número de alunos em salas superlotadas, falta de professores, escassez de bolsas e cortes de verbas para a educação pública. O REUNI, que foi apresentado como um grande feito do governo Lula, é questionado em suas bases materiais de funcionamento da

universidade. A verdade é que sob o manto do REUNI o sistema privado do ensino superior manteve sua marcha ascendente em detrimento do sistema público.

Observamos as dificuldades dos docentes espelhadas numa reivindicação pouco promissora que é a de obter uma melhoria salarial por meio do Plano de Carreira. Parece-nos que o problema fundamental não começa pela diferenciação funcional dos professores, que via de regra serve a uma formal divisão no seio do mesmo trabalho e de camisa de força estatutária. Basta observar que a reivindicação de um piso correspondente ao salário mínimo de R\$ 2.329,35, mesmo sendo por 20 horas, não supre as reais necessidades.

A greve das federais, que tira os docentes da letargia, na realidade, expõe não só a dramática situação do ensino superior federal mas também de todo o sistema. Há que se reconhecer que o ensino universitário ao invés de avançar no sentido de uma educação vinculada às necessidades do País, tem se degenerado na forma de mercantilização e de academicismo inócuo. A implantação do ensino a distância é um dos sintomas mais representativos da decomposição. Certamente, o governo e a plêiade de burocratas da educação oferecem uma imagem de avanço modernizador do ensino universitário. A greve nacional das federais, a intransigência do governo e a conduta reacionária do ministro da Educação (Aloísio Mercadante) se encarregam de mostrar a sua verdadeira face.

A vitória da greve é um passo para colocar a defesa da educação pública, científica, vinculada à produção social e controlada por quem estuda e trabalha em um patamar elevado. Todo apoio à greve das federais! Que o governo de Dilma Rousseff atenda imediatamente as exigências do movimento!

Diretoria da APROPUC

Consad aprova orçamento das eleições para reitoria

Na reunião do Conselho de Administração (Consad) que ocorreu na quinta-feira, 31/5, foi aprovado pelo reitor e os conselheiros a previsão orçamentária dos gastos para o processo eleitoral, que terá início em 13/6, com a inscrição de chapas, e terminará em 31/8, datas acordadas na reunião do Conselho Universitário (Consun), ocorrida no dia 30/5.

Ainda na reunião, Mario Cândido, controlador de finanças da PUC-SP, trouxe os dados do acompanhamento orçamentário do primeiro quadrimestre de 2012. Há algumas semanas, Cân-

dido expôs o acompanhamento do primeiro trimestre, que indicava que a receita líquida da PUC-SP ficara quase R\$ 5 milhões menor que o esperado.

Já no mês de abril houve equilíbrio entre o valor orçado e o que foi realizado, exceto o custo do Hospital Santa Lucinda, que pertence ao campus Sorocaba, onde os gastos foram cerca de 50% mais altos que a previsão, uma diferença de quase R\$ 1 milhão. A controladoria ainda está buscando os motivos para tal resultado, mas acredita ser motivado por um aumento gritante do gasto de materiais hospitalares.

Ciclo sobre Rio+20 tem último encontro

O último debate sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e apoiado pela coordenação do curso de Relações Internacionais e pela APROPUC, ocorrerá na segunda-feira, dia 4/6. A palestra terá como tema "20 anos depois da Rio 92: o tamanho da dívida da chamada sustentabilidade" e

contará com os palestrantes Arlete Moyses Rodrigues, da Unicamp, Ricardo Young, ex-presidente do Instituto ETHOS, e Rogério Sottili, secretário executivo da presidência da República. O evento será no auditório 239, às 19h, e será coordenado pelo professor Gustavo Coelho, do Departamento de Geografia e Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia da PUC-SP.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Consun exclui alunos de extensão e altera datas da eleição para reitor

Apesar de escorar-se em argumentos técnicos e jurídicos, o debate da sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun), de 30/5, mal escondia os alinhamentos eleitorais da maioria dos conselheiros. O principal ponto de discussão para a aprovação das normas eleitorais foi aquele referente aos alunos aptos a votarem para reitor.

O texto aprovado pelo Conselho de Cultura e Relações Comunitárias (Ceccom), previa que todos os alunos matriculados na data da eleição, inclusive os de Especialização e Extensão, estavam aptos a votar. Segundo o pró-reitor comunitário, Hélio Deliberador, a inclusão foi acolhida pelo Ceccom seguindo normas estatutárias e regimentais, que definem quem pode ser considerado aluno da PUC-SP e, nes-

se ponto, o artigo 96 do Estatuto é claro ao incluir os extensionistas como alunos da universidade.

Já o professor Vidal Serrano, representante da Fundação São Paulo, invocou outros pontos do Estatuto que definem a participação dos pós-graduandos em conselhos da universidade, excluindo os alunos de extensão e especialização. Contra este argumento a representante discente do pós, Camila Castanhato, alegava que a sua eleição para aquela representação só foi possível graças à participação dos alunos da Cogea.

Já a professora Cibelle Assad, da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, argumentou que não teria sentido o voto de um aluno que permanece na instituição para um curso de 30 horas, cuja participação não se compara à de um aluno

que leva quatro ou cinco anos para completar um curso. Contraindo-se a este argumento o pró-reitor de Pós Graduação, André Ramos Tavares, afirmou que trata-se de uma questão de cidadania: "Não farei parte do grupo daqueles que querem vedar o exercício do direito do voto e da cidadania", afirmou.

Terminada a discussão, decidiu-se pela manutenção do voto aos estudantes de *lato sensu*, quando 18 conselheiros votaram sim, enquanto 12 votaram contrariamente. Já para os extensionistas a situação se inverteu: 19 conselheiros votaram não e 11 votaram sim, com uma abstenção. O reitor votou pela participação de todos os alunos.

Para o professor Marcelo Figueiredo, da Faculdade de Direito, a não inclusão dos extensionistas pode ter

consequências jurídicas, pois sendo matéria estatutária, os alunos podem requerer judicialmente o direito a voto.

MUDANÇA DE DATAS

A conselheira Maria Amália Andery, diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, propôs uma antecipação do calendário eleitoral, argumentando que o período destinado às eleições seria muito grande. O professor Hélio Deliberador explicou que as datas foram previstas em função de prazos que a sua pró-reitoria julgava necessários para cumprir a contento as suas tarefas. A votação final, no entanto, acabou diminuindo o prazo para a eleição do novo reitor. Passando a votação para os dias 27 a 31/5 Desta maneira a comunidade terá pouco mais de 20 dias para debater o seu futuro.

NEAM discute concepção marxista de partido

O Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (NEAM) organizou debate sobre a concepção marxista de partido na noite do dia 30/5, realizado na sala 100 do Prédio Novo e transmitido ao vivo na sede da APROPUC.

Na mesa de debate, mediada pela coordenadora do núcleo, Beatriz Abramides, estavam presentes os professores Erson Martins de Oliveira e Antonio Rago, e a professora Livia Cotrim.

Cotrim falou sobre o amadurecimento da concepção de Estado em Marx e acerca da necessidade de aliar a revolução política (da tomada do poder pelos



Mesa composta pelas professoras Beatriz Abramides e Livia Cotrim e pelos professores José Paulo Netto e Antonio Rago

trabalhadores) à emancipação humana, através da ruptura com as estruturas sociais opressoras.

Em profundo debate sobre as convicções de Marx em torno da questão partidária, Martins e Rago adentraram na discussão da necessidade histórica de

partidos revolucionários. Para Martins, partido é programa, e, portanto, um instrumento indispensável de organização e formação política dos trabalhadores. "Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário", afirmou ao lembrar o es-

trategista Lênin.

Já Rago afirmou que para Marx partido era o conjunto de forças de determinada classe, e dessa forma, não poderia se limitar a ferramentas organizativas ou formativas no interior da classe. "A emancipação dos trabalhadores é obra deles", colocou Rago, resgatando a Comuna de Paris como organização social da emancipação humana.

O debate sobre concepção marxista de partido continua no dia 6/6, na sala 333, com contribuições a partir do ponto de vista de Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo.

Resistir e avançar com autonomia

Professor (a),
mais uma vez teremos eleições para a diretoria da APROPUC, que em 2012 completará 37 anos de lutas pelos direitos dos professores e por melhores condições de ensino e pesquisa. É um momento difícil, em que precisamos unir forças para travar batalhas de diversas naturezas. Estamos nos referindo à luta pela reposição das perdas salariais (7,66% referente ao reajuste de 2005), pela isonomia salarial (tabelas diferenciadas), pelo contrato único que contemple ensino, pesquisa e extensão, por uma progressão na carreira livre de represamentos e entraves, entre outras. Mas justamente nos momentos de tensão é quando se testa a firmeza trabalhista e política da direção sindical.

Não é papel de um sindicato e de sua direção nadar ao sabor da corrente. O fato é que não escolhemos as tempestades que vamos enfrentar. Há muito não nos deparamos nem com a correnteza a favor, nem com a calmaria. Nesse transcurso acidentado, testamos o programa e a firmeza coletiva da diretoria.

Por exemplo: no processo da negociação com a Fundação São Paulo, referente ao pagamento do reajuste de 7,66%, de 2005, tivemos inúmeros embates. Trabalhamos por mobilizar os professores, convocando reuniões, assembleias e divulgamos cada passo da negociação. Chegamos a um ponto em que não pudemos afastar a "faca" patronal do nosso pescoço e só nos restou entrar na Justiça para fazer valer nossos direitos, já que não é nosso papel renunciar aos mesmos, permitindo o rebaixamento de nossos salários e o desprestígio dos resultados acordados em dissídios coletivos. Esta questão permanece, pois na última sessão prevista para julgamento se propôs acordo. Res-

pondemos que um acordo depende da iniciativa da Fundação em encaminhar uma proposta que minimamente contemple as perdas. Não obtivemos resposta até o momento.

Pode-se ainda ir mais para trás. Os colegas vão se deparar com o processo de confecção do plano de maximização da jornada de trabalho. Tivemos uma perda irreparável. O aumento da carga horária quebrou um dos paradigmas das condições do exercício de docência da PUC-SP - diferencial inclusive reconhecido entre os professores das universidades mercantis. A "maximização" dos contratos de trabalho, que deveria vigorar somente no ano de 2006, continua sendo aplicada e sem qualquer perspectiva de que venha a ser suspensa em futuro próximo e pior, o Consun aprovou uma proposta de contrato que maximiza o já maximizado, ampliando a carga em sala de aula que nos assemelha às universidades mercantis, além de dividir a categoria em dois grupos: professores pesquisadores e professores do ensino.

Um fato inédito persiste em nossa história - salários diferentes para trabalho igual -, onde contamos com mais de uma tabela salarial. É necessário resistir a esse violento processo que transformou o trabalho docente em uma carga excessivamente pesada.

A APROPUC foi e é uma trincheira de resistência. Em uma situação difícil, sua diretoria deve ser firme e não se omitir, lutar em campo aberto e permanecer como um núcleo sólido na organização dos professores da defesa de seus interesses.

É importante lembrar que na democracia formal elegem-se os representantes e os representados apenas aguardam os resultados, que geralmente são contra seus próprios interesses. Na democracia sindical, elege-se a diretoria que, para

representar os trabalhadores, depende da assembleia. Bem entendido, recorreremos à decisão de assembleia quando a questão atinge os interesses coletivos.

A APROPUC é uma das poucas ilhas no mar onde impera o sindicalismo de resultados. Nenhuma decisão importante deve ser tomada sem o conhecimento, sem a mobilização das bases e sem a assembleia. A liberdade de expressão deve ser irrestrita, como comprova o jornal semanal **PUCviva**. Isso é representatividade social. O individual não se superpõe ao coletivo; o direito coletivo está acima do direito individual.

É necessário ainda ressaltar a importância de a APROPUC ter resguardado sua autonomia e independência frente à instituição, à Fundação e à Reitoria. Outra questão é a defesa da democracia e autonomia universitárias, que implica a defesa da eleição para todos os cargos de poder na universidade. A APROPUC sempre se posicionou firmemente nesse fundamento democrático.

Esta carta coloca concretamente as bases de nosso programa. A experiência dos trabalhadores com a direção sindical eleita deve ser avaliada tendo em vista o cumprimento do programa. Na democracia social, o representante, a todo instante, põe em prática o programa para os próprios representados e concretizarem segundo sua compreensão e força na luta.

Professor (a), compusemos nossa chapa defendendo o princípio da representatividade baseada nas decisões coletivas, nas formas de luta próprias dos assalariados e na defesa intransigente das necessidades trabalhistas e educacionais dos docentes. Esperamos que compartilhem conosco esse princípio.

Saudações.

A nossa CHAPA assume os seguintes compromissos:

Na APROPUC:

1. Defender o funcionamento democrático da entidade e o respeito à soberania das assembleias dos professores;
2. Defender o zelo e a transparência de todas as atividades administrativas e financeiras da associação;
3. Defender o fortalecimento dos mecanismos de participação dos professores na entidade, a criação de comissões específicas e a constituição de um Conselho de Representantes;
4. Realizar campanhas de filiação junto aos professores nos departamentos e estimular a utilização da sede pelos associados;
5. Aprimorar os canais de divulgação e comunicação da entidade e assegurar o bom funcionamento do jornal **PUCviva**, do site e das redes sociais da APROPUC e das revistas *PUCviva* e *Cultura Crítica*;
6. Promover formas democráticas de utilização do espaço da APROPUC, como em saraus culturais, lançamentos de livros, cursos, palestras e outros eventos.

Na Universidade:

7. Defender os salários, os contratos por tempo de trabalho e a melhoria das condições do ensino, salário igual para trabalho igual;
8. Lutar por um Acordo Interno que garanta direitos, conquistas e a dignidade de trabalho aos professores;
9. Lutar pela melhoria das instalações, dos equipamentos e da infraestrutura da universidade, atualmente em situação precária em várias unidades.
10. Defender a autonomia da universidade e os procedimentos democráticos em todas as atividades e instâncias;
11. Defender a unidade de ação dos três segmentos da uni-

versidade: professores, funcionários e estudantes;

12. Defender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a unidade da teoria e da prática e a geração do conhecimento ligado à produção social e às necessidades e transformações da sociedade;

13. Combater as políticas privatistas e elitistas do ensino e defender a função social e comunitária da universidade.

Na sociedade:

14. Defender o ensino público, gratuito, presencial, laico e de qualidade em todos os níveis;

15. Defender a inserção da APROPUC no movimento social dos professores e nas lutas gerais dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho;

16. Lutar contra as reformas neoliberais - trabalhista, sindical, previdenciária, do ensino superior - e contra a retirada de conquistas e direitos dos professores e dos trabalhadores;

17. Apoiar a reforma agrária e os movimentos pela terra, os movimentos pela moradia popular, os movimentos indígenas e quilombolas;

18. Lutar contra o desemprego, a "flexibilização" da legislação trabalhista e a demissão imotivada dos trabalhadores;

19. Defender o direito de greve e o fim da legislação repressiva e restritiva às lutas dos trabalhadores;

20. Defender as liberdades democráticas, especialmente de expressão, de reunião, de organização e de manifestação dos trabalhadores com ampliação das conquistas sociais;

21. Repudiar veementemente a discriminação e a opressão de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual, assim como todo tipo de censura e de violência, privada e estatal;

22. Repudiar e denunciar todas as formas de exploração e de opressão; apoiar as lutas por uma sociedade justa, igualitária, livre e democrática;

São Paulo, 31/05/2012.

CHAPA RESISTIR E AVANÇAR COM AUTONOMIA

Diretoria

- Presidente: Victoria Claire Weischtordt (Letras-Inglês)
 Vice-Presidente: Maria Beatriz Costa Abramides (Pós-Serviço Social)
 1º Secretária: Priscilla Cornalbas (Educação)
 2º Secretário: Leonardo Massud (Direito)
 1º Tesoureiro: João Batista Teixeira da Silva (Letras-Inglês)
 2º Tesoureiro: Wagner Wuo (Física)

Suplentes

- 1º - Carla Andréa Tieppo (Psicologia)
 2º - Sandra Gagliardi Sanchez (Psicologia)
 3º - Áquilas Nogueira Mendes (Economia)

Comissão de Cultura

- 1º - Maria Lúcia Barroco (Pós-Serviço Social)
 2º - Antonio Rago Filho (História)

Comissão de Trabalho e Ensino

- 1º - Matilde Maria Almeida Melo (Sociologia)
 2º - Carla Andréa Tieppo (Psicologia)
 3º - Áquilas Nogueira Mendes (Economia)
 4º - Sandra Gagliardi Sanchez (Psicologia)

Calabar tem leitura dramática nesta segunda na APROPUC

O Grupo Cala Bares apresenta nesta segunda, 4/6, às 20h, na sede da APROPUC, uma leitura dramática da peça Calabar, de Chico Buarque e Ruy Guerra. A leitura é dirigida por Marcia Santiago. O grupo Cala Bares tem nove atores, entre eles Arnaldo França, professor da Faculdade de Economia e Administração, também responsável pelos arranjos musicais.

Calabar foi escrita em 1973, o ano em que a censura do regime militar atuava com maior ferocidade em sua história. O texto discute a figura de Domingos Fernandes Calabar que, em 1580, durante a invasão holandesa, lutava ao lado da coroa portuguesa. Porém, por julgar que, caso os holandeses fossem vitoriosos, o país lucraria muito mais do que sob o jugo português, passa a auxiliar os holandeses. Durante uma emboscada aos holandeses, Calabar é preso e executado.

Chico Buarque e Ruy Guerra, ao montarem o texto, tentaram discutir a questão da traição, defendida pelos livros de história, e colocam a figura de Calabar como um idealista que pretendia ver sua nação progredir. Metaforicamente ao denunciar um erro histórico, o texto questionava a própria censura do regime ditatorial que mutilava obras de arte julgando-se dona da verdade.

A peça foi vítima de uma das mais torpes ações do regime militar: depois de iniciados os ensaios, o texto recebe uma aprovação da censura, que deveria expedir o alvará final dias antes de sua estreia. Em 20 de outubro de 1974 o general

Calabar

O Elogio da Traição
Chico Buarque e Ruy Guerra - 1973

Leitura Dramática do texto pelo Grupo Cala Bares

Direção e figurino: Márcia Santiago
Arranjos e violão: Arnaldo França
Percussão: Mário Roque Bonini
Elemento cenográfico: Luiz Palma
Narração: Nancy Kury

ATORES E PERSONAGENS

ARNALDO FRANÇA - Maurício de Nassau
EDGARD SPITALETTI - Holandês, escrivão e morador
LUÍS BIAZZI - Henrique Dias, consultor e oficial
LUIZ PALMA - Sebastião do Souto
MÁRCIA SANTIAGO - Anna de Amsterdã e papagaio Oba

MÁRIO ROQUE BONINI - Mathias de Albuquerque e médico
MIRIAM LIMA - Bárbara
NANCY KURY - Felipe Camarão
TONY BUDNIKAS - Frei Manoel do Salvador

4/6 - SEGUNDA-FEIRA - 20 H - SEDE DA APROPUC RUA BARTIRA, 407

Antonio Bandeira, da censura federal, proíbe a peça sem maiores explicações. O disco com a trilha sonora teve várias músicas mutiladas, entre elas, Bárbara, Anna de Amsterdan, Vence na vida quem diz sim e Não existe pecado ao

sul do Equador.

A capa do disco, reproduzida no cartaz do Grupo Cala Bares, foi vetada, sendo substituída por Chico Buarque por uma capa totalmente branca. O produtor da peça Fernando Torres ar-

cou com um prejuízo de mais de 30 mil dólares à época.

A peça só seria liberada pela censura seis anos depois, em 1980, juntamente com o filme Z, de Costa Gavras, também proibido pela censura em 1975.

Expressão Popular lança "Que Fazer?"

A Editora Expressão Popular lançou no dia 28/5, na sede da editora, bairro da Aclimação, nova edição da obra "Que Fazer?", do revolucionário russo Wladimir Lênin.

Para falar sobre o livro, foram convidados José Paulo Netto, professor de Serviço Social, e Ricardo Gebrim, militante da Consulta Popular.

Dezenas de pessoas acompanharam o debate, que tratou também da contribuição de Lênin para o marxismo.



À esquerda, José Paulo Netto; ao lado, Ricardo Gebrim

Semana de Jornalismo discute a relação entre a profissão e a cidade

Durante a última semana, entre os dias 28/5 e 1/6, a Semana de Jornalismo foi realizada a partir de mesas que discutiram a atual situação do jornalismo, relacionando-o a diversos temas importantes nas cidades, com o meio ambiente, eleições municipais e questões sociais.

Tiveram destaque durante a semana falas como a do padre Julio Lancellotti, sacerdote conhecido principalmente pela sua ligação à Teologia da Libertação, que veio à PUC-SP debater as questões sociais nas eleições municipais provocando os estudantes sobre a necessidade de também chamar os candidatos à prefeitura para debater seus projetos na universidade. Outro destaque foi a presença de Laerte Coutinho, quadrinista, que compôs a discussão sobre machismo e homofobia, abordando a questão a partir de

sua vida enquanto travesti.

Entre outros temas, os saraus da periferia paulista também tiveram vez na semana. Os coletivos Sarau da Brasa, Perifatividade e Marginaliaria contaram um pouco de sua experiência levando arte às ruas e também a truculência da prefeitura com os projetos.

No penúltimo dia foi exibido um vídeo em homenagem ao professor Flávio di Giorgi, falecido no dia 7/5, emocionando os presentes.

A semana foi encerrada às 19h com uma aula-show do compositor Tom Zé sobre a rebeldia musical em São Paulo.

Com a presença de estudantes de diversos cursos, não apenas do Jornalismo, as mesas foram organizadas pela Comissão de Estudantes, Centro Acadêmico Benedito Paixão e Departamento de Jornalismo.



MARINA DAQUINO



Acima, mesa sobre machismo e homofobia, coordenada pelo professor Leonardo Sakamoto e a participação de Luka Franca, organizadora da Marcha das Vadias e o cartunista Laerte. Abaixo, mesa sobre cultura popular, que contou com a presença de poetas da periferia de São Paulo

Serviço Social debate vida e obra de Gramsci

Ivete Cimionato, professora de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, esteve na PUC-SP na noite de 25/5 para falar da vida e obra de Antonio Gramsci, em evento organizado pelo Departamento de Serviço Social da universidade.

"Nós precisamos fazer este cérebro parar de funcionar durante 20 anos". Foi assim que, conforme a professora, em 1926, o tribunal fascista de Mussolini condenou Gramsci à prisão em função da sua luta prática e teórica contra o imperialismo e a exploração dos trabalhadores italianos.

Nascido na Ilha da Sardenha, região pobre do país, Gramsci participou da fundação do PCI

(Partido Comunista Italiano), em 1921, e ao longo da vida engajou-se na formação e organização dos operários do norte e dos camponeses do sul da Itália, mesmo quando preso.

Nos anos em que viveu na prisão, o italiano recebeu livretos em branco

a fim de que pudesse continuar sua produção intelectual. Entre 1929 e 1935, ele preencheu 29 cadernos com escritos próprios, além de traduzir quatro obras para o italiano.

Nessas pas-

sagens, pelas quais Gramsci imortalizou seu pensamento, contrariando a sentença fascista, conceitos como Estado integrado, hegemonia, ontologia política, organicidade intelectual e guerra de posição apareceram com força, contribuindo

para o movimento comunista a partir de 1947, data das primeiras publicações das "Cartas do Cárcere", e da década de 50, quando os primeiros "Cadernos do Cárcere" foram divulgados.

Devido à sua frágil condição física (tinha uma grave doença óssea e era corcunda) e à perseguição política que sofreu durante boa parte da vida, Gramsci faleceu na prisão em 1937. Portanto há 75 anos.

E, embora nunca tenha publicado um livro sequer nem concluído sua formação acadêmica em Filosofia, deixou um testamento crítico fundamental para compreensão do mundo e dos fenômenos do século XX - legado este que permanece atual até os dias de hoje.



WILTON JUNIOR

As professoras Maria do Socorro e Ivete Cimionato

GAUCHE NA VIDA

Algo de novo no reino das Universidades Federais? (I)

Marcelo Badaró Mattos

São muitas vezes surpreendentes os caminhos que levam a movimentos coletivos como as greves. Quem poderia prever que depois de sete anos sem qualquer greve nacional unificada as Instituições Federais de Ensino Superior viveriam uma nova greve nacional e com tanta força que recebeu em poucos dias a adesão dos(as) docentes de 44 instituições, incluindo praticamente todas as que foram criadas nesses últimos anos e a maior parte das grandes federais mais antigas, como a UFRJ, UFF, UNIRIO e UFRRJ (para ficar no exemplo das do Rio de Janeiro)? Quem poderia dizer que nas novas instituições e nos novos campi das antigas, fruto do tão propagandeado processo de expansão formatado pelas regras do REUNI, surgiriam os setores docentes e discentes mais mobilizados para esse enfrentamento? Como imaginar que até naquelas instituições em que surgiu e implantou-se uma representação docente de caráter oficialista - o PROFES -, cujo objetivo evidente é conter as lutas da categoria, fossem ressurgir movimentos autônomos das(os) docentes, convocando assembleias, contrariando direções pelegas e construindo também lá a mobilização (e ao que parece em breve a greve)? Quem apostaria que nas Instituições Federais de Ensino Superior, que por certo forneceram muitos votos ao atual governo federal na expectativa de manutenção da política de expansão e dos reajustes salariais anuais, tão forte e resoluta fosse a adesão a um movimento acusado pelo governo e os governistas de ser fruto

de uma mera manipulação política de setores oposicionistas?

A dinâmica dos conflitos sociais nos reserva surpresas, mas não nos dispensa de compreendê-las. Porque uma greve tão forte emergiu nestes últimos dias?

Para entendê-lo é necessário reconhecer que a pauta do movimento, curta e direta, representa de fato uma forte insatisfação. A pauta: uma reestruturação da carreira docente e a melhoria das condições de trabalho. Sobre a carreira, a questão é simples: após 25 anos de aprovação do Plano Único que passou a reger a carreira docente, em 1987, sucessivas políticas salariais para a Universidade depreciaram e desestruturaram a carreira. O que se reivindica é, basicamente, uma única linha de vencimento nos contracheques (com a incorporação das gratificações e o entendimento do percentual de titulação como parte do vencimento), com 13 níveis, steps (percentuais entre os níveis) de 5%, acesso interno à carreira ao nível de Professor Titular, com paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre professores(as) da carreira do magistério superior e da carreira de ensino básico, técnico e tecnológico. O piso para professor 20h no início da carreira seria de R\$ 2.329,35 (um salário mínimo do DIEESE, calculado com base nas necessidades mínimas de um trabalhador e sua família, conforme dita a Constituição). O governo acena com uma carreira mais desequilibrada em termos salariais, com um piso baixíssimo e promoções atreladas a critérios produtivistas, visando diferenciar um pequeno contingente melhor remunerado (por projetos e pela

atuação em pós-graduações) e uma imensa maioria de docentes sobrecarregados com a elevação da carga de trabalho em sala de aulas de graduação. Já quanto às condições de trabalho, cinco anos após o início do REUNI, as instituições federais criaram centenas de novos cursos e ampliaram em dezenas de milhares as suas vagas de ingresso discente. O governo, entretanto, não garantiu até agora nem mesmo o relativamente (à ampliação das matrículas) pequeno número de concursos públicos para docentes com o qual se comprometeu em 2007. As obras de expansão carecem de verbas para sua complementação, gerando ausência de laboratórios, bibliotecas e salas de aula nas novas unidades, assim como superlotação nas antigas. Some-se a isso a enorme deficiência no campo da assistência estudantil, cada vez mais necessária na medida em que entre os novos estudantes tendem ingressar contingentes cada vez maiores de trabalhadores(as) e filhos(as) de trabalhadores(as), sem condições de arcar com os custos de transporte, moradia, alimentação e material didático minimamente necessários para a vida universitária.

A greve pode ter colhido a muitos(as) de surpresa, mas está longe de ser um fenômeno de difícil explicação. Professores e professoras (e estudantes que aderem ao movimento em muitas universidades) optaram por esse instrumento de luta porque estão conscientes de sua necessidade diante da deterioração de sua carreira e das condições de trabalho. E perceberam que ou freiam agora o desmonte, ou serão arrastados ao fundo do poço em poucos anos.

GREVE?

Tão logo a greve foi anunciada, surgiram de imediato combatentes antigreve no interior das Universidades. Seus argumentos não são novos para quem já viveu outros processos grevistas. Vale rebatê-los apenas para relembrar aspectos do passado recente das lutas em defesa da Universidade Pública que podem escapar aqueles(as) que a elas se integraram nos últimos anos.

Greves paralisam só as graduações e prejudicam apenas os estudantes de graduação? Tal argumento foi usado principalmente a partir dos anos 2000, quando a pressão das agências financiadoras/avaliadoras sobre as pós-graduações para cumprirem metas produtivistas gerou um núcleo de docentes que assumiu internamente (ou como membros de comitês das agências) o papel de feitores da produtividade coletiva, alardeando o pânico dos prazos e metas ante qualquer rumor de questionamento.

Marcelo Badaró Mattos é professor da Universidade Federal Fluminense.

A segunda parte deste artigo será publicada na próxima semana.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Estudantes apoiam a greve das universidades federais

Através dos comitês locais de greve, estudantes de todo país estão se organizando para apoiar a paralisação dos docentes do nível superior. Tanto que na terça-feira, 5/6, está marcado um ato nacional em Brasília, quando a capital federal será destino de caravanas vindas das cinco regiões do país.

Ainda no dia 31/5, representantes do Comando Nacional de Greve (CNG) estiveram em reunião da Associação dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes), que reúne os reitores das 59 universidades federais no país,

para colocar as reivindicações da greve nacional que se alastrou por mais de 50 instituições educacionais.

O representante do CNG, Luiz Schuch, falou das atuais condições de trabalho e dos planos de carreira da categoria, pedindo que os reitores pensem no futuro das universidades brasileiras, e lembrou que desde 2010 o Andes vem fazendo reuniões com o Governo Federal e compondo os GT'S (grupos de trabalho) a fim de avançar na negociação, medidas que segundo ele não encontraram correspondência mútua.

Schuch pediu também que a Andifes interfira junto ao MEC para que o processo de diálogo seja reaberto. Segundo ele, esta é a palavra de ordem da greve a partir de então: "queremos negociação".

O presidente da Andifes, João Luiz Martins, declarou compreender a situação de precariedade no trabalho do corpo docente brasileiro e os eixos reivindicados pela greve. Dessa forma, se comprometeu a empenhar esforços da Andifes para que o Governo Federal recomece o diálogo e abra rodadas de negociação.

Moradores do Novo Pinheirinho fecham acordo com Governo do DF

As 1500 famílias sem-teto organizadas pelos MTST que estavam morando na ocupação Novo Pinheirinho, em Ceilândia e em Brazlândia, no Distrito Federal, decidiram em assembleia no dia 24/5 a desocupação do território, mediante fechamento de acordo com o Governo do DF e a Secretaria Geral da República.

A inclusão imediata de 600 famílias em condição de vulnerabilidade no auxílio emergencial de R\$ 408 ao mês; o envio à câmara Legislativa do Projeto de Lei que institui o Programa Bolsa Aluguel; além da inserção das famílias no Programa Morar Bem, que prevê a viabilização de terrenos públicos para construção de moradias, foram as propostas que selaram o fim do processo de negociação que já se estendia por meses.

Marcha das Vadias protesta contra o machismo

A segunda Marcha das Vadias, manifestação que se espalhou por diversos países e por algumas capitais brasileiras, ocorreu em São Paulo, no sábado, 26/6, levando centenas de mulheres às ruas para protestar contra a violência e o abuso sexual feminino.

As manifestantes se reuniram às 13h na Praça do Ciclista, na Avenida Paulista, onde produziram cartazes e se pintaram de modo a ressaltar sua liberdade de expressão e corporal. Em direção à Praça da República, no centro da cidade, a marcha (que também contou com a participação de homens) desceu a Rua Augusta, símbolo da prostituição e da violência de gênero em São Paulo.

O termo Marcha das Vadias (tradução do inglês *Slutwalk*) surgiu ano passado quando no Canadá um policial sugeriu a jovens mulheres que não se vestis-



Manifestantes saem em marcha na Avenida Paulista

sem como "vadias", para evitar serem vítimas de abuso sexual ou estupro.

FACEBOOK CENSURA FOTOS

Após realização das marchas, que neste ano ganharam força e maior capacidade de mobilização, imagens se espalharam rapidamente na internet, principalmente através da rede virtual Facebook.

Após algumas horas, usuários da rede, que haviam postado fotos de mulheres com seios a mostra, foram notificados que aquelas imagens haviam sido retiradas do ar em função da nudez e ficaram impossibilitados de mexer em seu perfil e postar comentários. Casos como esses já haviam acontecido anteriormente, quando o Facebook limpou fotos de nu artístico e de mulheres amamentando.

Prefeitura de São Paulo ordena fechamento do Sarau do Binho

A prefeitura de São Paulo, através da subprefeitura do Campo Limpo, notificou o Bar do Binho, onde às segundas-feiras ocorre um dos mais tradicionais saraus da periferia que a partir do dia 4/6 o local não poderá mais ser aberto ao público.

O Bar do Binho não possui Alvará de Funcionamento e recebeu duas multas no valor de R\$ 4.000, embora o proprietário tenha requerido à administração da cidade o documento em diversas oportunidades.

Em resposta à ordem da prefeitura, movimentos de cultura e demais saraus da cidade se articularam convocando uma reunião no Bar do Binho, às 18h de segunda-feira, 4/6. O objetivo do encontro é pensar ações que gerem renda, a fim de quitar a dívida, e intervenções políticas que dialoguem com a população sobre a importância do espaço para vivência e organização social na zona sul da capital.

ROLA NA RAMPA

Imigrante latino-americano é tema de debate na APROPUC



SAMANTHA SILVA

Palestrantes durante evento na APROPUC

Neste domingo, 27/5, representantes de seis instituições se reuniram para discutir a situação do imigrante latino-americano no Brasil durante o Seminário "A Crise do Capitalismo e a situação dos trabalhadores migrantes", realizado no Auditório da APROPUC, em São Paulo. Vinícius Piniheiro, editor da Revista Crítica do Direito, abriu o seminário falando sobre os movimentos dos trabalhadores em sua luta por seus direitos e os impedimentos, legais ou não, que encontram. Júlio da Silveira Moreira, representante da Associação Brasileira dos Advogados do Povo (ABRAPO/IAPL), e Paulo Illes, coordenador executivo do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), falaram sobre o conjunto de leis

de imigração no país. Também estiveram presentes Pablo Aliaga Lopez, estudante da Universidad Pública de El Alto (UPEA), o haitiano Mercredi Luckner (MOUSHA), indicado pelo Primeiro Ministro do Haiti Laurent Lamothe, para ser uma espécie de chanceler no Brasil, e Rosema Lamy, do Movimento das Mulheres Haitianas. A representante do Comitê Pró-Haiti, Lúcia Skromov, por sua vez, marcou presença na atividade ao contextualizar a grave situação do Haiti, que enfrenta uma evasão desenfreada desde o terremoto que atingiu o país em 2010. O objetivo da atividade também é estimular um diálogo entre os dois países e criar um cadastro dos haitianos que estão em terras brasileiras.

Exposição sobre meio ambiente traz gravuras digitais

A exposição O Início - O Fim - O Meio Ambiente traz algumas obras realizadas pelo artista gráfico Levi Ciobartariu em mais de 30 anos de carreira, que pretendem demonstrar a integração de técnicas de reprodução em seu trabalho, além de trazer uma narrativa que liga tal realidade com o teor de sua proposta ideal: o meio ambiente. A mostra parte

de desenhos originais feitos pelo artista, os quais são manipulados no computador e impressos resultando em gravuras digitais. A exposição continua no Espaço Cultural da Biblioteca Nadir Kfourri até o dia 12/6. Mais informações no site http://www.pucsp.br/videoteca/internas/espacocultural/inicio_fim_meioambiente.html.

Rede promove jantar

A Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte, ao se aproximar do seu aniversário de um ano, convida toda a comunidade puquiense para um jantar de arrecadação de fundos para o movimento. Na ocasião, será servida aos convidados uma paella, pela qual será cobrado o

valor de R\$ 25,00 na entrada. A confraternização acontecerá na reinauguração da sede do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), situada atrás da Escola de Comunicação e Artes, no dia 22/6, às 19h30, e conta com apoio e contribuição da APROPUC.

MPF pede à Justiça abertura de ação contra Fundasp

O ex-ministro da Agricultura Wagner Rossi está entre os 12 suspeitos de desviar R\$ 3 milhões dos cofres públicos. De acordo com o Ministério Público Federal, Rossi teria se associado ao lobista Júlio Fróes, que mantinha três contratos com a Fundasp e se passava por representante da Fundação São Paulo para desviar recursos do PAEC (Programa Anual de Educação Continuada), por meio de dispensa de licitação. Além de Rossi, responderão ao processo seu ex-chefe de gabinete, Milton Elias Ortolan, o então subsecretário de Planejamento,

Orçamento e Administração do ministério, Julio Cesar de Araújo Nogueira, o lobista Júlio Fróes, três professores da PUC-SP e assessores do ministério. As investigações do Ministério Público encontraram indícios de que o dinheiro foi desviado por meio de contrato firmado em setembro de 2010 com a Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP. Na ação, o MPF afirma ainda que a dispensa de licitação para a contratação do Fundasp foi indevida, pois o serviço contratado não exigia especificações técnicas especiais ou diferenciações que justificassem a contratação direta.

Evento analisa currículo de Serviço Social



WILTON JUNIOR

O debate da ABEPSS sobre currículo na APROPUC

No sábado, dia 26/5, ocorreu na sede da APROPUC um evento com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. O evento, que contou com a presença

de Francisca Pini, representante da ABEPSS, foi coordenado pela professora Bia Abramides e discutiu princípios e propostas curriculares do curso de Serviço Social.